

José Luís Martins, o físico português mais citado

“Um Nobel não tem emprego em Portugal”

entrevistado por Carlos Pessoa



Professor Associado e Agregado do Instituto Superior Técnico, José Luís Martins (ver o currículo em www://bohr.inesc.pt/~jlm) é o físico português com maior número de citações nas revistas científicas de todo o mundo. Na lista dos 1120 físicos com maior número de citações de 1981 a 1997 é, aparentemente, o único português (<http://fluo.univ-lemans.fr.8001/1120physiciens.html>). Formado na Suíça, com uma carreira de investigação que se divide por aquele país europeu e pelos Estados Unidos, e um dos maiores especialistas mundiais em estrutura electrónica de sólidos e moléculas, decidiu voltar a Portugal em 1992. Explica porquê na entrevista que deu à “Gazeta”, onde fala também das diferenças entre o ambiente da investigação universitária no nosso país e no estrangeiro.

Gazeta de Física — É o físico português com maior número de citações nas revistas científicas internacionais. Qual é o seu trabalho mais citado?

José Luís Martins — Tenho vários trabalhos com muitas citações. O mais citado não é o melhor, mas o mais útil. É um artigo de doutoramento [de um aluno meu nos EUA] em que se desenvolve uma nova forma de pseudopotencial que permite fazer cálculos mais facilmente, e que é praticamente usado por toda a gente. Daí as referências no trabalho de outros investigadores, que se vão acumulando.

Há outros muito citados, entre os quais um publicado em 1991 que fez parte dos 10 mais citados, em todas as áreas científicas, nesse ano. É sobre a estrutura electrónica do carbono 60.

P. — Os seus estudos universitários e uma parte significativa do seu trabalho de investigação foram feitos no estrangeiro. Porque decidiu regressar a Portugal?

R. — É verdade que estive 16 anos no estrangeiro, metade na Suíça e a outra metade nos Estados Unidos. Mas a certa altura cheguei à conclusão que ou regressava a Portugal ou nunca mais vinha para cá. O meu primeiro estágio de pós-doutoramento tinha acabado e o segundo estava a começar, e como não tinha compromissos científicos, pedi seis meses de licença sem vencimento. Cheguei a 1 de Janeiro de 1992 e quando esse período acabou resolvi ficar.

P. — Houve alguma razão específica para tomar essa decisão?

R. — Pus três condições a mim. A primeira foi que, ao fim de seis meses, estivesse em vias de financiamento de projectos. Outra consistia em ter um gabinete só para mim. A terceira era ter um computador pessoal relativamente rápido para trabalhar. Ao fim de seis meses essas condições estavam preenchidas e resolvi ficar.

P. — O que encontrou de diferente em Portugal relativamente aos outros sítios onde trabalhou?

R. — É tudo completamente diferente. Eu recomendo a todos os estudantes que me perguntam o que hão-de fazer com a sua carreira que, a menos que tenham razões pessoais para ficarem em Portugal, vão uns anos para o estrangeiro.

P. — Na sua opinião, os jovens físicos devem “emigrar”...

R. — Sempre. Uma das coisas que eu dizia aos primeiros estudantes que fizeram licenciatura comigo era que o ambiente lá fora era diferente. Claro que queriam saber mais, ou seja, em que é que era diferente. Bem, é diferente! E três ou quatro dias depois de lá chegarem eu recebia um “e-mail” a dizer “percebemos por que é que o ambiente é diferente”...

P. — Consegue explicar em que consiste essa diferença?

R. — Tomemos o caso dos Estados Unidos. Há uma vida

de “campus” e de departamento que não existe de todo em Portugal. Por exemplo: um desses alunos estava muito orgulhoso por ter conseguido organizar uma série de concertos de música clássica no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico (IST). Quando chegou lá descobriu que a Universidade tinha... duas orquestras, uma praticamente profissional e a outra para os amadores de música. Para não falar de dezenas de outras estruturas e actividades culturais.

Depois, há as discussões nos corredores. Existindo um departamento onde as pessoas passam todos os dias, acabam por se encontrar, quer seja à hora do café, nos seminários ou nos colóquios. Em Portugal nada disso existe. No nosso departamento [Departamento de Física do IST] cada pessoa está no seu canto – eu estou aqui no INESC, outros no LIP, outros ainda no próprio departamento ou no antigo Complexo 2 – e raramente se encontram. A dispersão geográfica impede que se façam coisas...

Quando eu cheguei estava a dar-se a grande transformação do Técnico – essencialmente um grande liceu onde as pessoas iam dar as aulas e se iam embora – para um espaço onde as pessoas ficavam e faziam investigação. Entre o que ele era há 10 anos ou que é agora, comparado com aquilo que existe no estrangeiro, a diferença é enorme.

P. – Quais são as maiores dificuldades com que se depara no seu trabalho de investigação?

R. – O problema que tenho agora [Julho de 1999] é não ter dinheiro para investigar.

P. – O que reduz todos os outros problemas que possa ter a insignificâncias...

R. – Claro. Houve um hiato muito grande entre concursos. Como em Portugal há uma ideia enraizada que, quando se tem de mexer nas coisas, tem de se mudar tudo, quando isso acontece pára tudo. Como era preciso mudar tudo, não houve concursos durante anos. O último em que recebi algum dinheiro considerável para fazer investigação foi em 1994. No ano passado houve outro, mas esse dinheiro ainda não chegou.

P. – Neste momento está parado?

R. – Não estou parado! Mas a situação não é muito brilhante.

P. – Vamos imaginar que tem dinheiro para investigar. Quais são os problemas concretos que dificultam o seu trabalho de investigação?

R. – Há um problema com as bibliotecas. A do IST encontra-se distribuída por várias mini-bibliotecas e comparada com a de qualquer instituição deste tamanho no estrangeiro, é ridícula. Creio que o único departamento

que tem uma biblioteca minimamente decente é o de Física de Coimbra.

E há um problema de atitude perante as coisas. Por vezes levo pessoas a ver a biblioteca para lhes mostrar o que se passa aqui e elas vêem que os livros estão fechados à chave para não serem roubados. Qualquer estrangeiro ri-se com isso, pois o objectivo de qualquer biblioteca é facultar o acesso à informação. Os roubos, que acontecem em todo o lado, fazem parte do risco de haver informação. Com a Internet, felizmente que as coisas estão a melhorar, pois há um acesso directo à informação.

P. – O que é preciso fazer em Portugal para reduzir essa diferença, que mencionou, em relação a outros países considerados de referência na sua área de investigação?

R. – Neste momento, o importante é dar oportunidade aos vários jovens que saíram para o estrangeiro nos últimos anos – a política de enviar muita gente para fora do país foi muito importante – e que estão a regressar.

Há um sério problema de enquadramento, pois a nossa estrutura de investigação empresarial é muito pequena e as universidades estão completamente esclerosadas. Costumo perguntar: se um português a trabalhar no estrangeiro ganhar um prémio Nobel e quiser vir para Portugal trabalhar, pode fazê-lo? Não, porque os quadros das grandes universidades de Lisboa, Porto e Coimbra estão cheios e há um minúsculo número de pessoas que se vão reformar nos próximos tempos. Além disso, não existe aquela flexibilidade que existe nos Estados Unidos que permite arranjar sempre lugar para uma pessoa brilhante que apareça.

Por tudo isso, creio que só uma nova geração que venha com vontade de trabalhar e os hábitos de trabalho adquiridos nos Estados Unidos, Inglaterra ou Alemanha, é que vai poder refazer um estilo de investigação em Portugal.

P. – Mas há outras universidades além das que citou...

R. – A vinda desses jovens investigadores seria uma boa oportunidade para as universidades mais pequenas, mas, salvo algumas excepções, elas não estão a aproveitar essas possibilidades.

P. – Que balanço faz da actividade do Ministério da Ciência e Tecnologia?

R. – Ainda é um bocado cedo, porque se fizeram modificações demasiado profundas e falta ver se, a médio prazo, isso é positivo ou não. A curto-prazo, os efeitos foram negativos, porque ao querer mudar-se tudo, não se fez nada. Praticamente só há um ano é que as instituições começaram a funcionar nos novos moldes e, por isso, é ainda cedo para se fazer uma avaliação do seu trabalho.